

Casa do Adubo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	36.141	146.769	67.433	157.663
Contas a receber de clientes	4	659.779	743.590	706.868	836.994
Estoques	5	396.872	461.941	489.908	584.356
Tributos a recuperar	6	17.365	15.902	23.129	20.877
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	6	6.469	6.471	6.801	7.947
Mútuos a receber – Partes Relacionadas	8	-	45.006	-	-
Outros créditos	7	31.364	14.471	34.029	16.080
		1.147.991	1.434.150	1.328.167	1.623.916
Não circulante					
Tributos a recuperar	6	8.597	8.941	8.597	8.941
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	23	-	12.187	-	12.836
Outros créditos	7	8.577	7.616	8.824	7.732
		17.174	28.744	17.421	29.509
Total do realizável a longo prazo					
Investimentos	9	101.477	64.399	1.111	761
Imobilizado	10	49.747	50.603	53.968	54.145
Intangível		378	537	378	537
Direito de uso	13	60.882	48.910	68.246	51.986
		212.484	164.449	123.703	107.429
Total do ativo		1.377.649	1.627.343	1.469.291	1.760.854
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	294.845	682.648	370.103	805.472
Instrumentos financeiros derivativos	24	1.314	11.155	1.314	11.155
Empréstimos e financiamentos	12	-	348.513	-	348.513
Empréstimos e financiamentos - Risco Sacado	12	209.718	-	209.718	-
Passivo de arrendamento	13	11.961	7.319	14.250	7.852
Tributos a recolher	14	2.156	4.257	2.507	4.788
Salários e encargos a pagar	15	24.625	11.629	30.887	14.232
Outros passivos	16	15.763	31.445	10.120	35.557
		560.382	1.096.966	646.299	1.227.569
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	170.446	-	170.446
Mútuos a pagar – Partes relacionadas	8	292.548	-	292.548	-
Passivo de arrendamento	13	52.373	43.276	57.872	46.177
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	25	7.535	1.672	7.761	1.679
		352.457	215.394	358.182	218.302
Patrimônio líquido					
Capital social	17	25.781	25.781	25.781	25.781
Transações com acionistas - contribuição de capital	17	451.995	-	451.995	-
Reserva de capital	17	107.814	107.814	107.814	107.814
Reserva legal	17	637	637	637	637
Reserva de incentivos fiscais	17	18.908	18.908	18.908	18.908
Lucros (prejuízos) acumulados	17	(140.324)	161.842	(140.324)	161.842
		464.811	314.982	464.811	314.982
Total do passivo e patrimônio líquido		1.377.649	1.627.343	1.469.291	1.760.854

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida das vendas	18	1.456.256	1.804.182	1.673.427	2.104.895
Custo das mercadorias vendidas	19	(1.301.937)	(1.453.220)	(1.511.766)	(1.681.538)
Resultado bruto		154.319	350.962	161.661	423.357
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	20	(164.766)	(159.059)	(194.336)	(189.726)
Despesas administrativas	20	(73.088)	(88.843)	(89.671)	(102.500)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	6.873	10.753	9.150	12.149
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(34.613)	(28.380)	(40.860)	(29.917)
Resultado da equivalência patrimonial	9	(44.735)	17.142	-	-
Resultando antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(156.010)	102.575	(154.056)	113.363
Receitas financeiras	22	80.040	68.952	91.296	74.635
Despesas financeiras	22	(214.009)	(99.065)	(226.570)	(109.098)
Resultado antes dos impostos sobre a renda e da contribuição social		(289.980)	72.462	(289.331)	78.900
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	23	-	(17.310)	-	(24.397)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	23	(12.187)	12.187	(12.836)	12.836
Resultado do exercício		(302.166)	67.339	(302.166)	67.339

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício		(302.166)	67.339	(302.166)	67.339
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício		(302.166)	67.339	(302.166)	67.339

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício		(302.166)	67.339	(302.166)	67.339
Ajustes de:					
Perda para realização e obsolescência de estoques	5	5.183	-	6.222	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	23a	12.187	5.123	12.836	11.561
Valor justo de instrumentos financeiros		-	(669)	-	(669)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	44.735	(17.142)	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		36.049	28.380	42.523	29.917
Depreciação e amortização	20	21.666	10.852	23.762	11.745
Juros sobre empréstimos	22	39.482	59.350	39.482	60.180
Juros sobre arrendamento	22	5.602	3.363	5.968	3.482
Juros risco sacado	22	10.166	-	10.166	-
Variação cambial - Empréstimos	22	(5.436)	-	(5.436)	-
Juros/Variação cambial - Partes relacionadas	8	16.619	-	16.619	-
Baixas líquidas do imobilizado e intangíveis	10	715	76	719	78
		(115.199)	156.672	(149.305)	183.633
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	4	47.762	(257.932)	87.603	(283.296)
Estoques	5	59.885	(127.283)	88.226	(185.540)
Tributos a recuperar	6	(1.118)	(5.531)	(762)	(4.750)
Outros créditos	7	(17.855)	85.812	(19.041)	64.725
Fornecedores	11	(161.332)	32.711	(208.898)	56.386
Tributos a recolher	14	3.763	(2.819)	3.802	(4.499)
Salários e encargos a pagar	15	12.995	2.165	16.655	2.579
Outros passivos circulantes	16	(18.608)	12.135	(20.963)	14.349
Caixa operacional utilizado nas atividades operacionais		(189.706)	(124.070)	(202.684)	(156.413)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(21.297)	-	(31.316)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos - terceiros	12	(45.944)	(37.278)	(45.944)	(38.109)
Pagamento de juros – Risco Sacado	12	(2.192)	-	(2.192)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(237.392)	(182.645)	(250.370)	(225.838)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Mútuos cedidos – Partes relacionadas		-	(45.006)	-	-
Mútuos recebimentos – Partes relacionadas		45.006	-	45.006	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	(81.813)	(2.613)	(349)	(201)
Aquisições de imobilizado e intangível	10	(5.769)	(18.925)	(6.839)	(20.422)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(42.576)	(66.544)	(7.188)	(20.623)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos – Captações	12	364.905	467.073	364.905	495.413
Mútuos captados – Partes relacionadas	8	275.929	-	275.929	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	12	(879.331)	(159.377)	(879.331)	(187.717)
Pagamento Risco sacado – Principal	12	(24.728)	-	(24.728)	-
Pagamento de arrendamento	13	(19.431)	(8.213)	(21.443)	(8.923)
Pagamento de dividendos	17.b.3	-	(29.138)	-	(29.138)
Transações com acionistas - contribuição de capital	17	451.995	-	451.995	-
Aumento de capital		-	20.100	-	20.100
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		169.340	290.445	167.327	289.735
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa		(110.628)	41.256	(90.229)	43.274
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		146.769	105.513	157.663	114.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		36.141	146.769	67.433	157.663

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)									
	Notas	Capital social	Transações com acionistas - contribuição de capital	Reserva de capital	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.681	-	-	108.483	637	123.641	-	257.350
Aumento de Capital	17	20.100	-	-	-	-	-	-	20.100
Plano de opção de compra de ações	17	-	-	(669)	-	-	-	-	(669)
Distribuição de Dividendos	17.b	-	-	-	-	-	(29.138)	-	(29.138)
Resultado do exercício	17	-	-	-	-	-	67.339	67.339	67.339
Constituição de reservas	17	-	-	-	-	-	67.339	(67.339)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		25.781	-	107.814	18.908	637	161.842	-	314.982
Transações com acionistas - contribuição de capital	17	-	451.995	-	-	-	-	-	451.995
Constituição de reservas de incentivo fiscal		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(302.166)	-	(302.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		25.781	451.995	107.814	18.908	637	(140.324)	-	464.811

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Casa do Adubo S.A. foi constituída em 16 de outubro de 1937, na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUCEES), transformada em sociedade anônima de capital fechado em 1º de junho de 2016, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. A Companhia explora as atividades de comercialização de produtos para agricultura e pecuária, produtos químicos, agrícolas e industriais, produtos veterinários, representações comerciais de produtos e serviços destinados à agropecuária em geral e outros.

A Companhia está presente em 11 Estados do Brasil, com sua matriz localizada na cidade de Vitória/ES, e mais 39 filiais que estão distribuídas nas cidades de Cariacica/ES (com duas filiais), Linhares/ES, Serra/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Cuiabá/MT, Sinop/MT, Confresa/MT, Barra do Garças/MT, Rio de Janeiro/RJ, Nova Friburgo/RJ, Teixeira de Freitas/BA, Manhuaçu/MG, Contagem/MG, Coimbra/MG, Governador Valadares/MG, Montes Claros/MG, Barbacena/MG, Varginha/MG, Passos/MG, Pouso Alegre/MG, Patrocínio/MG, São Gotardo/MG, Uberlândia/MG, Sete Lagoas/MG, Ji-paraná/RO, Cerejeiras/RO, Ariquemes/RO, Rio Branco/AC, Marabá/PA, Redenção/PA, Paragominas/PA, Imperatriz/MA, Pila do Sul/SP, Araguaína/TO, Mogi Mirim/SP, Pilar do Sul/SP, Franca/SP, Capão Bonito/SP e Vargem Grande do Sul/SP.

Em 1º de outubro de 2022, a Companhia foi adquirida pelo Grupo Nutrien, passando a partir dessa data a utilizar a estrutura corporativa, bem como adotar políticas, procedimentos e padrões de segurança definidos pelo Grupo. Portanto, essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

1.1 Situação Financeira

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras obrigações.

O cenário do setor agrícola globalmente ainda segue impactado pelos efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia. A invasão da Rússia à Ucrânia em 2022 exacerbou as condições já apertadas para o fornecimento global de fertilizantes e insumos agrícolas, levando os preços dos insumos (como fertilizantes) a atingirem níveis recordes em março de 2022. No Brasil, a tendência é a mesma, a guerra tem impactado as exportações, importações e o custo de produção de commodities agrícolas.

A Companhia possui um plano estratégico de longo prazo, prevenindo crescimento da lucratividade em bases anuais, através da ampliação da sua área de atuação, diversificação da carteira de produtos com a venda de defensivos agrícolas, beneficiamento e vendas de sementes e prestação de serviços de consultoria. Como forma de tentar minimizar o déficit de caixa operacional, a Companhia expandiu a utilização de programas de cessão de recebíveis e cessão de crédito com fornecedores a fim de honrar seus compromissos durante o exercício.

Adicionalmente a companhia recebeu um mútuo no valor de R\$ 722.918 com prazo de pagamento de 10 anos sem juros, além disso outros mútuos com partes relacionadas a pagar tiveram flexibilização no prazo conforme necessário para gestão de fluxo de caixa da Companhia.

Além destes fatores, a Nutrien Ltd. reitera formalmente o compromisso de capitalizar o Grupo sempre que necessário para o cumprimento de suas obrigações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. As contas a receber de clientes também incluem os recebíveis originados nas operações de barter, em que Companhia a comercializa insumos agrícolas em troca de commodities agrícolas. O reconhecimento dessa operação ocorre pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo das contas a receber atrelado à variação do preço de commodity (soja) é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição dos estoques, em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Partes relacionadas

No decorrer das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de compra e venda de produtos e gestão do fluxo de caixa do Grupo Nutrien.

g. Investimentos em controladas

Os investimentos nas entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controla são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

h. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Qualquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	8 anos
Computadores e periféricos	7 anos
Beneficentários em Imóveis Locados	Entre 10 e 20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangível

(I) Reconhecimento de ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

(II) Mensuração subsequente

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(III) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Software	5 anos
Marcas e patentes	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Arrendamentos

Com a adoção CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo mesmo método de depreciação aplicado para itens similares do ativo imobilizado e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

k. Redução de valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano. Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

m. Benefícios a empregados

(I) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(II) Planos de contribuição definida

A Companhia possui o benefício de previdência complementar composto por um plano de contribuição definida. Esses planos são custeados por uma contribuição básica dos participantes e uma contribuição pela patrocinadora, a qual corresponde a um percentual de 150% da contribuição básica dos participantes. As contribuições são provisionadas e reconhecidas no resultado como despesas.

n. Imposto sobre a renda e contribuição social

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, com acréscimo de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, a Companhia está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

As antecipações ou valores correntes, passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

o. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por quotas totalmente subscritas e integralizadas. A remuneração dos sócios é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no contrato social da Companhia e nas leis vigentes.

p. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os termos dos convênios e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde a receita com a subvenção é contabilizada no grupo de deduções da receita bruta – impostos incidentes, com contrapartida às rubricas contábeis de obrigações tributárias – passivo circulante ou impostos a recuperar – ativo circulante.

2.4 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Companhia não adotou essas normas e não espera que tenham impacto significativo na preparação destas demonstrações financeiras.

A. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40N 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	12.404	14.539	14.052	15.436
Aplicações financeiras (a)	23.737	132.230	53.381	142.227
	36.141	146.769	67.433	157.663

(a) As aplicações financeiras encontram-se classificadas como equivalentes de caixa e referem-se:

Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, os quais foram realizadas com bancos de primeira linha e são remunerados de acordo com taxas do CDI, variando entre 98% e 104% para 2023 e 2022, podendo ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo de sua remuneração até a data do resgate;

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a receber – terceiros	707.581	757.160	764.487	851.864
Duplicatas a receber - partes relacionadas (Nota explicativa 8)	3.617	342	1.660	-
Recebíveis de cartões de créditos	8.354	9.968	8.625	10.647
Cheques a receber/Outros	249	93	249	93
	719.801	767.563	775.001	862.604
(-) Provisão para perda de crédito estimada	(60.022)	(23.973)	(68.134)	(25.610)
	659.779	743.590	706.868	836.994

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	559.091	711.004	599.036	799.224
Vencidos	160.710	56.559	175.965	63.380
Total a receber	719.801	767.563	775.001	862.604
Até 30 dias	8.161	9.503	8.857	10.568
Entre 31 e 60 dias	3.358	1.975	3.589	2.223
Entre 61 e 90 dias	4.180	-	5.019	-
Entre 91 e 120 dias	12.664	-	13.398	-
Entre 121 e 180 dias	41.534	27.342	43.826	30.307
Entre 181 e 360 dias	54.789	17.739	60.292	20.282
Mais de 360 dias	36.024	-	40.983	-
Total vencidos	160.710	56.559	175.965	63.380

Sua movimentação é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 31 de dezembro de 2021				
Adição	-	-	(23.973)	(25.610)
Baixa	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022				
Adição	(23.973)	(37.825)	(25.610)	(44.481)
Baixa (recuperação)	1.776	-	1.957	-
Em 31 de dezembro de 2023				
	(60.022)	-	(68.134)	-

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC

O Grupo Nutrien, o qual a Companhia faz parte, estruturou o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para cessão de créditos. Nos termos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia considera diversos fatos e circunstâncias que incluem o nível de risco de crédito antes e após a estrutura, a execução de eventuais vendas de recebíveis a terceiros, exposição à variabilidade do retorno do FIDC, entre outros, que poderão ser reavaliadas em caso de eventos ou mudanças de circunstâncias no futuro.

Foram efetuadas cessões de contas a receber de clientes nacionais para o FIDC conforme demonstrado no quadro abaixo, com taxa média de juros de 8,13% a.a.

Os respectivos ativos foram desreconhecidos uma vez que nenhum risco significativo e benefício do ativo foi retido pela Companhia após a cessão.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Montante do contas a receber cedido ao FIDC	-	160.708	-	184.539
Encargos financeiros sobre a antecipação ao FIDC	-	(13.071)	-	(15.313)
Montante líquido recebido		147.636		169.226

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercadorias para revenda	402.055	461.142	496.130	583.254
Constituição de perda estimada para não realização e obsolescência	(5.183)	-	(6.222)	-
Almoxarifado	-	799	-	1.102
	396.872	461.941	489.908	584.356

A administração da companhia revisa a estimativa contábil para a realização dos estoques, por alteração significativa dos riscos a que a companhia está exposta, não tendo identificado impactos significativos no contexto das demonstrações financeiras. A movimentação das referidas perdas é demonstrada abaixo e foi reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de Custo das mercadorias vendidas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 31 dezembro de 2021				
Constituição de perda estimada para não realização e obsolescência	-	-	-	-
Em 31 dezembro de 2022				
Constituição de perda estimada para não realização e obsolescência	(5.183)	-	(6.222)	-
Em 31 dezembro de 2023				
	(5.183)	-	(6.222)	-

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Impostos Estaduais - ICMS (a)	24.140	24.742	28.456	29.295
Impostos Federais (b)	8.291	18.759	10.071	21.306
	32.431	43.501	38.527	50.601
Circulante	23.834	22.373	29.930	28.824
Não circulante	8.597	21.128	8.597	21.777
	32.431	43.501	38.527	50.601

(a) Os Impostos estaduais se referem a créditos acumulados conforme registro no livro apuração do ICMS devido aos benefícios fiscais do ICMS, constantes nos convênios nº 52/91 e 100/97. **Convênio 100/97**: Insumos agropecuários: possuem redução de base e isenção do imposto nas operações internas e nas operações interestaduais possuem reduções da base de cálculo, conforme as descrições dos produtos. **Convênio 52/91**: Máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais: Ambos possuem redução da base de cálculo, sendo reduzidas as bases nas operações internas de forma que a carga tributária efetiva chegue a 5,6% ou 8,8%, conforme descrições e NCMs dos produtos, e nas operações interestaduais de forma que carga tributária efetiva chegue a 4,1%, 5,14%, 7% ou 8,8%, conforme o estado de origem e de destino e especificações dos produtos. No estado do Espírito Santo os produtos insumos agropecuários além do incentivo da isenção interna do ICMS possui também o benefício da manutenção do crédito, dessa forma não obriga o estorno dos créditos, obtidos nas aquisições interestaduais, quando ocorrerem operações interestaduais com alíquota inferior ao do crédito e nas saídas internas com isenção, motivo pelo qual a Companhia acumula saldo de crédito nesse estado.

(b) Os impostos federais se referem a créditos de IRPJ e CSLL, saldo negativo de IRRF nas operações de retenções das aplicações financeiras no seu resgate e as retenções de imposto de renda nas operações de ganho de Swap, devido à base de cálculo negativa no exercício de IRPJ/CSLL do exercício de 2020.

7 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos a fornecedores (a)	29.288	12.308	31.637	12.832
Créditos de funcionários	1.410	1.523	1.676	1.753
Despesas antecipadas	33	184	41	228
Empréstimos compulsórios	160	151	160	151
Depósitos Judiciais (b)	8.417	7.465	8.664	7.581
Outros	633	456	675	1.267
	39.941	22.087	42.853	23.812
Circulante	31.364	14.471	34.029	16.080
Não circulante	8.577	7.616	8.824	7.732
	39.941	22.087	42.853	23.812

(a) Refere-se substancialmente a adiantamentos para aquisição futura de estoques, principalmente de fertilizantes e sementes, dentro do curso normal dos negócios, dado a sazonalidade da safra verão que ocorre nos últimos 3 meses do ano. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

(b) Os depósitos judiciais estão representados substancialmente pelos valores referentes ao FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que em 04 de maio de 2020 através de decreto 47.057 alterou para o FOT – Fundo Orçamentário Temporário, que representa um total de R\$ 5.904 do montante até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.427 em 31 de dezembro de 2022), instituído pela Lei 7.428/2016, com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro de forma temporária.

Demonstramos abaixo a composição dos depósitos judiciais por natureza:

	Controladora	
--	--------------	--

Casa do Adubo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Balanco Patrimonial da controlada

Ativo	31/12/2023		31/12/2022		Passivo	31/12/2023		31/12/2022	
Circulante	184.880	237.442	Circulante	90.620	177.629				
Não circulante	11.924	6.789	Não circulante	5.724	2.908				
Total	196.804	244.231	Total	196.804	244.231				

Demonstração de Resultado – Controlada

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida das vendas	260.834	356.690
Custo das mercadorias vendidas	(253.493)	(284.294)
Lucro bruto	7.341	72.396
Receitas (despesas) operacionais	(50.122)	(44.466)
(Prejuízo) Lucro operacional antes do resultado financeiro	(42.781)	27.930
Resultado financeiro, líquido	(1.305)	(4.349)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos sobre renda	(44.086)	23.581
Imposto de renda e contribuição social	(649)	(6.430)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(44.735)	17.142

10 Imobilizado

	Controladora				
	Máqui- nas	útil- e benfei- tos	Instalações	Veículos	Compu- tadores e periféricos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.719	8.089	15.699	5.308	2.936
Adições	1.992	3.252	6.312	6.505	804
Baixas	(1)	(8)	(26)	-	(37)
Depreciação/amortização	(668)	(1.069)	(1.313)	(1.263)	(4.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.042	10.264	20.672	10.550	3.078
Adições	213	522	4.521	280	233
Baixas	(6)	(7)	-	(693)	(9)
Depreciação/amortização	(764)	(1.264)	(1.477)	(1.737)	(668)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.485	9.515	23.716	8.400	2.633

	Consolidado				
	Máqui- nas	útil- e benfei- tos	Instalações	Veículos	Compu- tadores e periféricos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.429	8.870	16.382	5.308	3.091
Adições	2.212	3.798	7.017	6.505	833
Baixas	(2)	(13)	(27)	-	(37)
Depreciação/amortização	(751)	(1.069)	(1.385)	(1.263)	(655)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.888	11.489	21.987	10.550	3.232
Adições	216	534	4.900	950	238
Baixas	(6)	(7)	(4)	(693)	(9)
Depreciação/amortização	(853)	(1.378)	(1.566)	(1.798)	(702)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.245	10.638	25.318	9.009	2.759

10.1 Redução ao valor recuperável (impairment)
No exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022, não foi identificado indicador algum de desvalorização interno ou externo que exigisse o teste de impairment

10.2 Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2022, não havia bens do ativo imobilizado oferecidos em garantia.

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores (a)	244.833	682.648	321.046	805.472
Fornecedores partes relacionadas – Nota explicativa 8	50.012	-	49.057	-
	294.845	682.648	370.103	805.472

(a) As obrigações com fornecedores estão relacionadas, principalmente, a aquisições dos produtos para revenda necessários à operação da Companhia. Segue o saldo de fornecedores por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	294.845	682.648	370.103	805.472
1 a 30	47.648	64.989	63.166	91.678
31 a 60	34.951	55.457	52.022	82.591
61 a 90	19.593	50.010	26.462	63.899
91 a 120	52.345	154.227	67.545	172.347
121 a 180	108.681	140.417	126.504	172.684
Mais de 181 dias	31.627	217.548	34.404	222.275
Total	294.845	682.648	370.103	805.472

12 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Capital de giro (a)	-	457.417	-	457.417
Finame	-	61.542	-	61.542
Risco Sacado (b)	209.718	518.959	209.718	518.959
Circulante	209.718	518.959	209.718	518.959
Não circulante	-	170.446	-	170.446
	209.718	518.959	209.718	518.959

(a) Os empréstimos foram captados para a gestão de capital de giro, através de Cédula de Crédito Bancária (CCB), modalidade "Clean", por Cédula de Crédito Bancária Internacional (CCBI), modalidade "4131 + SWAP" (hedge cambial) e por FINAME + SWAP (Pré para CDI+), com encargos financeiros médios de CDI + 3,3% a.a. em função dos prazos médios. As garantias de cada operação variam entre 20% e 100% do saldo devedor em duplicatas a receber. Demonstramos abaixo a movimentação dos empréstimos da controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	518.959	200.150	518.959	200.150
Novas captações	364.905	467.073	364.905	495.413
Juros apropriados	39.482	59.350	39.482	60.180
Varição Cambial	1.479	(10.959)	1.479	(10.959)
(-) Pagamento de principal	(879.331)	(159.377)	(879.331)	(187.717)
(-) Juros pagos	(45.494)	(37.278)	(45.494)	(38.109)
Saldo final	-	518.959	-	518.959

As parcelas dos empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2023	2022
Até 1 ano	-	348.513
De 1 a 2 anos	-	110.137
De 3 a 4 anos	-	51.966
De 4 a 5 anos	-	7.697
De 5 a 10 anos	-	646
	-	518.959

b) Risco Sacado

Modalidade	Instituição	Taxa média	Moeda	Vencimento final	2023
Risco Sacado (i)	Itaú	1,01 a 1,18%	BRL	2024	65.073
Risco Sacado (i)	ABC do Brasil	0,97 a 1,24%	BRL	2024	67.121
Risco Sacado (i)	ALFA	1,11 a 1,15%	BRL	2024	10.861
Risco Sacado (i)	Santander	0,97 a 1,25%	BRL	2024	66.663
					209.718

(i) A companhia firmou contratos junto a instituição financeira, com intuito de antecipar o valor devido os fornecedores. Essa operação denominada de risco sacado, alterou significativamente os termos contratuais originalmente firmados, portanto foi considerado como empréstimo. Demonstramos abaixo a movimentação dos empréstimos da controladora:

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Reclassificação de títulos de fornecedores para empréstimos	226.472	-
Juros apropriados	10.166	-
(-) Pagamento de principal	(24.728)	-
(-) Juros pagos	(2.192)	-
Saldo final	209.718	-

As parcelas do Risco Sacado têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2023	2022
1 a 30 dias	476	-
31 a 60 dias	4.181	-
61 a 90 dias	13.512	-
91 a 120 dias	20.163	-
121 a 180 dias	109.310	-
Até 360 dias	62.076	-
	209.718	-

13 Arrendamentos

Direito de uso

Em 31 de dezembro 2023, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Controladora			Consolidado		
	Lojas	Veículos	Total	Lojas	Veículos	Total
Custo ou avaliação:	54.699	-	54.699	58.854	-	58.854
Em 31 de dezembro de 2021	12.919	-	12.919	13.361	-	13.361
Adições novos contratos	-	-	-	-	-	-
Baixa de contratos	-	-	-	-	-	-
Renovação de contratos	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	67.618	-	67.618	72.214	-	72.214
Adições novos contratos	112	27.456	27.568	276	33.292	33.568
Baixa de contratos	-	-	-	-	-	-
Renovação de contratos	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	67.730	27.456	95.186	72.490	33.292	105.782

Amortização:

	Em 31 de dezembro de 2021	(12.693)	(12.693)	(13.691)	(13.691)
Adições - Com impacto no resultado	(6.014)	-	(6.014)	(6.538)	(6.538)
(-) Baixa de contratos	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	(18.707)	(18.707)	(20.229)	(20.229)	
Adições - Com impacto no resultado	(6.033)	(9.563)	(15.596)	(6.596)	(10.712)
(-) Baixa de contratos	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(24.740)	(9.563)	(34.303)	(26.825)	(10.712)

Valor residual líquido:
Em 31 de dezembro de 2023 42.989 17.893 60.882 45.666 22.580 68.246
Em 31 de dezembro de 2022 48.910 - 48.910 51.986 - 51.986

Taxas de desconto

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos em 31 de dezembro de 2023:

Classe	Taxa média (% ao ano)	
	2023	2022
Lojas	10,26%	8,28%
Veículos	6,06%	0,00%

c) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.679	46.174
(+) Adição de contrato	12.766	13.296
(-) Pagamentos realizados no exercício	(8.213)	(8.924)
(+) Juros apurados no exercício	3.363	3.483
Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.595	54.029
(+) Adição de contrato	27.568	33.568
(-) Pagamentos realizados no exercício	(19.431)	(21.443)
(+) Juros apurados no exercício	5.602	5.968
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.334	72.122

A taxa incremental média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 foi de 9,59% ao ano. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento é como segue:

	Controlada		Consolidado	
	Valor presente	Valor presente	Valor presente	Valor presente
2024	11.961	14.250		
2025	10.533	10.967		
2026	11.863	13.299		
2027	29.977	33.606		
Total	64.334	72.122		

14 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamentos fiscais	81	109	81	109
ICMS (a)	174	1.000	209	1.096
PIS e COFINS	81	530	81	530
Imposto de renda retido na fonte	1.758	2.576	2.072	3.010
Outros	62	42	64	43
	2.156	4.257	2.507	4.788

Circulante **2.156 4.257 2.507 4.788**

No exercício de 2023, a Companhia reconheceu a subvenção de ICMS referente aos incentivos fiscais concedidos pelos Estados através dos Convênios nºs 100/97 e 52/91, detalhados na Nota Explicativa nº 18 a 2, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideraram os incentivos fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), no exercício de 2023 a Companhia apurou na controladora e no consolidado a subvenção de ICMS no total de R\$177.919 (R\$ 244.281 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 219.051 (R\$ 298.556 em 31 de dezembro de 2022) respectivamente. Toda movimentação ocorrida está detalhada na Nota Explicativa nº 18. A receita de subvenção de ICMS no exercício de 2023 não afetou a base de cálculo para apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Companhia considerou como uma receita não tributável no cálculo do IRPJ e da CSLL a recolher. Em que pese a Lei Complementar nº 160/17 tenha classificado os incentivos fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimento sem que sejam exigidos os requisitos estabelecidos pelo Parecer Normativo CST nº 112/1978 e assim excluindo-os na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da Cofins, o que havia sido reconhecido pela Solução de Consulta COSIT nº 11/2020, a Receita Federal alterou o seu posicionamento, conforme a Solução de Consulta COSIT nº 145/2020, de 15 de dezembro de 2020, para exigir que sejam observados os requisitos e as condições impostas pelo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, entre os quais "a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos". A Companhia, portanto, decidiu seguir o direcionamento dado pela Receita Federal a partir de então, de forma conservadora, para o ano de 2023. Contudo, o tema foi judicializado; há em curso ação declaratória com Pedido de Repetição de Indébito nº 5002053-68.2021.4.02.5001, perante a 1ª Vara Federal Civil de Vitória/ES, que visa a obter tutela declaratória para não incluir os incentivos fiscais referentes aos Convênios ICMS nºs 52/91 e 100/97 na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da Cofins, em conformidade com o que foi decidido pelo C. STJ no julgamento do ERESPE nº 1.517.492/PR, independentemente de serem classificados como subvenções e sem que sejam exigidos os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973/2014, além de condenar a União a restituir o montante pago como estimativa de imposto devido no período.

15 Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	

Casa do Adubo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023

contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais.

a. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim como os métodos e premissas para definição do valor justo:

(i) Caixa e equivalente de caixa – decorre diretamente das operações e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.

(ii) Contas a receber de clientes e fornecedores – decorrem diretamente das operações, sendo mensurado custo amortizado, incluindo provisões para eventuais perdas e ajuste de valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação das operações.

(iii) Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizável considerando as condições contratuais.

Instrumento financeiro derivativo - as operações de barter a valor justo é basicamente determinado pela cotação de mercado de commodities de soja, café e milho (grãos) a data-base do balanço. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em nenhum outro ativo de risco.

(iii) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados no quadro abaixo:

		Consolidado	
		31/12/2023	
Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	67.433
Contas a receber	Custo amortizado	-	706.868
			774.301
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	-	370.103
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.314
Risco Sacado	Custo amortizado	-	209.718
Mútuo – Parte relacionada	Custo amortizado	-	292.548
			873.683
			873.683
			Consolidado
			31/12/2022
Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo

		Consolidado	
		31/12/2022	
Classificação	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	157.663
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	836.994
			994.657
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	-	805.472
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	11.155
derivativos	do resultado	-	518.958
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	518.958
			1.335.585
			1.335.585

As atividades de gerenciamento de risco da Companhia estão sob a administração dos seus Diretores. A administração desses riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

b. Gerenciamento de risco

(i) Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

(ii) Risco de taxa de juros.

A Companhia procura manter sua exposição à mudança de taxas de juros em níveis aceitáveis. As taxas de juros são prefixadas e não estão sujeitas às oscilações de taxas pós-fixadas. Conseqüentemente, as operações contratadas pela Companhia não necessitam de análise de sensibilidade, uma vez que as taxas são prefixadas.

(iii) b) Riscos cambiais.

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas pela Companhia quanto a importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira.

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição contábil de risco cambial da Companhia está

apresentado abaixo:

	R\$	US\$ (em milhares)
Mútuo – Parte relacionada	(722.918)	(149.000)
Exposição cambial líquida	(722.918)	(149.000)
		4.851.799
	R\$	US\$ (em milhares)
Empréstimos e financiamentos	(310.235)	(58.684)
Instrumentos financeiros derivativos	-	62.720
Exposição cambial líquida	(310.235)	4.036
		4.036

Exposição cambial líquida, em 31 de dezembro de 2022

(iv) Risco de liquidez.

É o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. Este é constantemente monitorado através da gestão de seus recursos de caixa, aplicações financeiras e empréstimos bancários. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo os riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não observou sinais de inadimplência relevantes até o término destas demonstrações financeiras.

Os empréstimos contraiados pela Companhia não possuem cláusulas de *covenants* e estão sendo monitorados constantemente, conforme Nota Explicativa nº 12 - Empréstimos e financiamentos. Os preços dos contratos com clientes foram mantidos e não houve negociações que poderiam indicar margens negativas; assim, não são previstas perdas futuras nos próximos meses por contratos onerosos. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros contratados por faixas de vencimentos:

	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Maior de 5 anos	Total
Fornecedores	244.833	-	-	-	244.833
Fornecedores - Partes Relacionadas	50.012	-	-	-	50.012
Instrumentos financeiros derivativos	1.314	-	-	-	1.314
Mútuo Captado com partes relacionadas	-	-	292.548	-	292.548
Risco Sacado	209.718	-	-	-	209.718
Passivo de arrendamento	11.961	10.533	11.863	29.977	64.334
Em 31 de dezembro de 2023	517.838	10.533	11.863	322.525	862.759
Em 31 de dezembro de 2022	1.055.494	110.317	60.309	50.595	1.274.315

	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Maior de 5 anos	Total
Fornecedores	370.103	-	-	-	370.103
Instrumentos financeiros derivativos	1.314	-	-	-	1.314
Mútuo Captado com partes relacionadas	-	-	292.548	-	292.548
Risco Sacado	209.718	-	-	-	209.718
Passivo de arrendamento	14.250	10.967	13.299	33.606	72.122
Em 31 de dezembro de 2023	595.385	10.967	13.299	326.154	945.805
Em 31 de dezembro de 2022	1.167.359	110.137	60.309	54.028	1.389.614

(v) Risco de crédito.

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas relativas à inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos que compõem a rubrica e são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

c. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida

líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, fornecedores e instrumentos financeiros derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

25 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são partes em ações de natureza trabalhista, cível e tributária, no curso normal de suas operações, cujo risco de perda foi avaliado como possível, respaldada pela avaliação profissional de seus assessores jurídicos, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Causas possíveis				
Cíveis (a)	28.549	5.560	28.564	5.575
Trabalhista	1.693	397	2.548	397
	30.242	5.957	31.112	5.972

(a) A maioria dos processos cíveis distribuídos em 2023 são embargos à execução, processos que visam desconstituir créditos em execução, cujo valor envolvido não expõe a Companhia à obrigação de pagar (feito-caixa), mas sim, redução do contas a receber. Sendo maior parte por motivos de "Perdas de lavoura", tendo uma representatividade do montante de R\$ 9.824.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresentou três causas classificadas como risco de perda provável, conforme consta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Causas prováveis				
Cíveis	-	11	-	11
Trabalhista	-	217	-	217
Tributário (a)	7.535	1.672	7.761	1.679
(-) Depósitos judiciais – nota explicativa 7	(7.535)	(1.672)	(7.761)	(1.679)
	-	228	-	228

(a) O valor das causas prováveis estão representados substancialmente pelos valores referentes ao FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que em 04 de maio de 2020 através de decreto 47.057 alterou para o FOT – Fundo Orçamentário Temporário, instituído pela Lei 7.428/2016, com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro de forma temporária. Esses saldos prováveis possuem depósitos judiciais atrelados ao seu valor principal, conforme nota explicativa 7.

26 Eventos subsequentes

(i) **Reforma tributária**
Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") N° 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC.

A aplicação da normativa será obrigatória a partir do exercício de 2024, portanto, não há qualquer efeito da alteração da tributação de incentivos fiscais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

(ii) Tributação de incentivos fiscais

Em 29 de dezembro de 2023, foi sancionada a Lei 14.789/2023, que altera as regras de tributação de incentivos fiscais para investimentos concedidos por estados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O texto é oriundo da Medida Provisória 1.185/2023, chamada "MP das subvenções", aprovada pelo Senado no dia 20 de dezembro de 2023.

O texto estabelece critérios para o abatimento de valores dos benefícios no ICMS da base de cálculo de tributos federais. Somente poderá ser abatido o valor dos incentivos fiscais que forem usados para investimentos, e não despesas de custeio (salários, por exemplo). Com a nova lei, o governo busca eliminar a isenção de tributos sobre subvenções de custeio, mantendo apenas a possibilidade de creditar fiscalmente subvenções para investimento.

A aplicação da normativa será obrigatória a partir do exercício de 2024, portanto, não há qualquer efeito da alteração da tributação de incentivos fiscais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

(iii) Encerramento das operações de venda de recebíveis junto ao FIDC

Para o exercício de 2024, a Nutrien Soluções Agrícolas Ltda. liquidará seu investimento no fundo de investimentos em direitos creditórios, no qual é participante da cota mezanino. Em assim sendo, o Grupo não fará operações de cessão de recebíveis para este fundo. Nenhuma despesa ou custo adicional impactará as demonstrações financeiras individuais das entidades da Companhia.

Carlos Eduardo Fazzio Brito Presidente	José Eduardo Menegario Diretor Financeiro	Samuel Pereira Dias Contador CRC ES 014500/O-0
---	--	---



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/06/2024**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

3014 CASA DO ADUBO- BALANCO 2023.pdf

Código do documento: 3014



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

25 jun 2024, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 3014

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2024-06-25T00:01:29-03:00

25 jun 2024, 00:01:29 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2024-06-25T00:01:29-03:00

25 jun 2024, 00:01:29 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2024-06-25T00:01:29-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 4d5a152f7c9d514e7caa44253687ed6db454ebc6b1e8da3158605a6bc80112e1

[SHA512]: 2e610d3706db04f7f4dc91b49eb7a4212aaf6082bdf52abe6cc60878bc9a3276ba8d7ac83e5b055c16b2abeb6f49bc32d0953710f3b000d3b06080762dc53353

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB